

**ARTIGO**

**A CONSTRUÇÃO DO ETHOS NOS DISCURSOS DE DILMA ROUSSEFF NA  
ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS**

*(The Construction of Ethos in Dilma Rousseff's speeches at the United Nations  
General Assembly)*

Pedro Chapaval Pimentel <sup>1</sup>  
*(Universidade Federal do Paraná)*

Teresa Cristina Wachowicz <sup>2</sup>  
*(Universidade Federal do Paraná)*

Bruno Eduardo Slongo Garcia <sup>3</sup>  
*(Universidade Federal do Paraná)*

Recebido em: julho de 2020  
Aceito em: fevereiro de 2021  
DOI: 10.26512/les.v22i1.32500

---

<sup>1</sup> Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Organizador dos livros: O Brasil vai às urnas: as campanhas eleitorais para presidente na TV e internet (EDUEPB, 2019) e As Eleições Estaduais no Brasil: estratégias de campanha para TV (Ed. Syntagma, 2019), atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação política, estratégia de marketing e branding. E-mail: professorchapaval@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é professora adjunto na Pós-Graduação em Letras e no Departamento de Linguística da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Semântica Formal, atuando principalmente nos seguintes temas: tempo, aspecto e aquisição de tempo e aspecto. E-mail: tecacw@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor e pesquisador da área de Gestão no Centro Universitário Campos de Andrade (UNIANDRADE) e na Universidade Positivo (UP), atuando principalmente nos seguintes temas: institucionalismo e lógicas institucionais, ensino e educação e gestão. E-mail: professorslongogarcia@gmail.com.

## RESUMO

*O objetivo deste trabalho é analisar a construção do ethos discursivo nos discursos de Dilma Rousseff na Assembleia Geral das Nações Unidas entre 2011 e 2015. Para cumprir com o objetivo proposto foi realizada uma análise de conteúdo em duas etapas: (1) escolha lexical dos pronomes “eu” ou “nós”; e (2) tipologia argumentativa proposta pela Nova Retórica comparativamente aos argumentos de lugar-comum. Os resultados apresentam uma tendência temporal na diminuição do personalismo nos discursos. Além disso, as escolhas argumentativas dos primeiros discursos convergem ao argumento da qualidade, enquanto as escolhas dos últimos discursos concentram-se no argumento da quantidade..*

**Palavras-chave:** Retórica. Discurso Diplomático. Ethos. Brasil. Dilma Rousseff.

## ABSTRACT

*The paper analyzes the construction of discursive ethos in Dilma Rousseff's speeches at the United Nations General Assembly between 2011 and 2015. A content analysis on the discourses was run in two stages regarding (1) the lexical choice of the pronouns “I” or “we”; and (2) the argumentative typology proposed by the New Rhetoric along with the commonplace arguments. The results presented a temporal tendency of decreasing the personalism in the speeches. Additionally, the argumentative choices in the first speeches converge to the argument of quality, while the choices of the last speeches focus on the argument of quantity.*

**Keywords:** Rhetoric. Diplomatic Discourse. Ethos. Brazil. Dilma Rousseff.

## RESUMEN

*Este artículo analiza la construcción del ethos discursivo de Dilma Rousseff en la Asamblea General de las Naciones Unidas entre 2011 y 2015. Se realizó un análisis de contenido en dos etapas: (1) la elección léxica los pronombres “yo” o “nosotros”; y (2) la tipología argumentativa propuesta por la Nueva Retórica en comparación con argumentos comunes. Los resultados presentaron una tendencia temporal a disminuir el personalismo en los discursos. Además, las elecciones argumentativas en los primeros discursos convergen en el argumento de calidad, mientras que las elecciones en los últimos se centran en el argumento de cantidad.*

**Palabras clave:** Retórica. Discurso diplomático. Ethos. Brasil. Dilma Rousseff.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos membros fundadores da Organização das Nações Unidas, um sistema de instituições fundado após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945. A Carta de São Francisco, tratado que estabeleceu a organização, elenca como objetivos das Nações Unidas ser um centro capaz de harmonizar ações e fomentar a cooperação entre nações para manter a paz e a segurança internacional e para resolver problemas econômicos, sociais, culturais ou humanitários. A Assembleia Geral (AG), um dos principais órgãos, tem em seu Debate Geral uma plataforma política que, por excelência, configura-se como o maior grau democrático no sistema internacional. Neste fórum, todos os 193 Estados-Membros da organização são representados, têm direito a voto e espaço para discursar, fazer recomendações e enunciar suas prioridades em termos de política externa (UNITED NATIONS, 1945).

Os discursos são a forma mais antiga de diplomacia. Isso se dá pelo poder que eles possuem como meio de transmissão, disseminação e ampliação de mensagens (HUNT, 2015). No que tange

ao campo argumentativo, o Debate Geral da AG abre espaço para que argumentos sejam expostos por meio de discursos e para que situações conflitantes sejam resolvidas pelo voto, evitando assim que Estados recorram à beligerância.

Em 1946, o Brasil realizou o primeiro discurso no Debate Geral, e a partir da IV Sessão Ordinária, em 1949, deu início à tradição de ser o primeiro Estado-Membro a ocupar a tribuna. Desde então, o país manteve uma participação ativa na organização. Em 2011, Dilma Rousseff se tornou a primeira mulher a presidir o Brasil e a primeira mulher a abrir os trabalhos no Debate Geral, representando um marco tanto para a história brasileira, como das Nações Unidas. Esse histórico tornou a ONU inseparável personalidade internacional do Brasil e plataforma política relevante para o país se projetar internacionalmente (CORRÊA, 2007).

Nesse contexto, baseados em Reboul (2004), entendemos o ethos discursivo como o caráter assumido pelo orador para gerar confiança em seu auditório e questionamos: quais foram os *ethé* utilizados pela presidenta brasileira Dilma Rousseff no Debate Geral da ONU? Para responder esta pergunta, analisamos a construção do ethos discursivo do de Rousseff por meio de sua estrutura subjacente. Isto é, dada a relevância da construção argumentativa para ratificar ou retificar uma imagem preexistente que o auditório possui sobre um enunciador (AMOSSY, 2005; MAINGUENEAU, 2008<sup>a</sup>), avaliamos as principais técnicas argumentativas utilizadas e sobre quais argumentos de lugar-comum essas técnicas foram utilizadas (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014).

Para instrumentalizar a análise de conteúdo, aplicamos, num primeiro estágio, a avaliação quantitativa da escolha lexical da presidenta brasileira, se por pronomes em primeira pessoa do singular ou plural – eu ou nós. Nossa escolha se deu pois, como explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), o uso das formas linguístico-discursivas evidenciam os contextos ideológicos no acordo argumentativo. De modo geral, identificamos que os pronomes eu e nós se referem a nove categorias, ou *ethé* distintos. Quando eu, Dilma se apresentou como Mulher; Governante e Latino-americana. Quando nós, se apresentou como Estados-Membros, Brasil, BRICS, Emergentes, Latino-Americanos, e Mulheres.

Nosso estudo justifica-se por sua contribuição para a temática do discurso no contexto governamental ao elucidar como o ato discursivo pode refletir e se amparar em questões contextuais. Como contribuição prática, permite compreender como o discurso é utilizado por governantes, a fim de estabelecer um diálogo entre nações, inclusive ao se tornar um instrumento de posicionamento político. Como contribuição teórica, promovemos um avanço nos estudos que se avaliam o uso pronominal em atos de comunicação (IACOMINI JR.; PRADO JR.; CARDOSO, 2018). Além disso, nosso estudo permite compreender como o argumento discursivo é formando em determinados

contextos, demonstrando que se trata de algo mais do que uma enunciação, mas, uma expressão da realidade sentida e apreendida por meio do ato discursivo.

Nesse sentido, nosso trabalho está estruturado em seis partes. Logo após esta introdução, apresentamos a noção de ethos que buscamos compreender nos discursos analisados. A terceira seção trata da Nova Retórica e da escolha de técnica argumentativas, do conhecimento dos auditórios e acordos. Trazemos na quarta seção a descrição do método empregado na análise dos discursos, desenvolvida na quinta seção. Por fim, tecemos as considerações finais que sustentam as conclusões desta pesquisa e sugerimos direções para futuras pesquisas.

## 1. A NOÇÃO DE ETHOS

A noção de ethos provém da retórica antiga, compreendida por Aristóteles como a arte da persuasão, ou seja, “a faculdade de considerar, para cada questão, aquilo que é próprio para persuadir” (FIORIN, 2015, p. 19). A Retórica de Aristóteles considera três elementos para que a persuasão ocorra por meio do discurso, a saber, o enunciador (ethos), o enunciatário (pathos) e a mensagem (logos). De forma sucinta, o logos é o próprio discurso e a forma como se expressam os argumentos, o pathos é a maneira pela qual o enunciatário recebe os argumentos, e o ethos trata do enunciador, é a auto-imagem, o caráter moral (FIORIN, 2015).

Não pretendemos aqui discutir sobre as teses que tratam da maior ou menor importância dada na esfera pública ao ethos e ao pathos, em detrimento do logos (AMOSSY, 2011; 2005; TUPYNAMBÁ, 2010; REBOUL, 2004). Concordamos, na verdade, com a ideia de que cada um dos três elementos da retórica aristotélica é importante e necessário para o desenvolvimento de argumentações e que esses elementos podem ser utilizados em diferentes dosagens e combinações de acordo com os objetivos do orador (AMOSSY, 2011).

Amossy (2005) explica que todo ato de tomar a palavra resulta na representação, deliberada ou não, de uma imagem de si, pois o discurso é lugar que engendra o ethos. A noção de ethos, para Reboul (2004, p. 48), é entendida como o “caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório, pois, sejam quais forem seus argumentos lógicos, eles nada obtêm sem essa confiança”. O termo seria utilizado desde os antigos visando o desenvolvimento e construção de uma imagem do orador e que visasse o sucesso da articulação oratória (AMOSSY, 2005).

Segundo Amossy (2005), o ethos é apresentado nos discursos mediante as escolhas linguísticas e estilísticas feitas pelo orador e a sua construção, conforme Maingueneau (2008b), se dá em duas instâncias complementares: um ethos pré-discursivo e ethos discursivo. Enquanto o primeiro envolve o conhecimento prévio sobre o orador e os estereótipos acerca dele, o segundo é construído

ao longo da atividade discursiva e pode servir tanto para ratificar como para retificar as visões anteriores a respeito do orador.

Assim, trabalhamos nesta pesquisa amparados na ideia de que a construção do ethos se dá em função das escolhas argumentativas empregadas nos discursos proferidos por um representante. No caso do ethos discursivo, o emprego de um pronome em detrimento de outro reflete o que Benveniste (1988, p. 286) chama de consciência de si mesmo. Tal consciência de si pode ser entendida de modo que “a linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como sujeito remetendo a ele mesmo como eu no seu discurso. Por isso, o eu propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a ‘mim’, torna-se o meu eco”. Assim, a própria escolha lexical leva o olhar para ao discurso pelo orador.

A necessidade de provas discursivas para a identificação de um ethos discursivo na argumentação de Rousseff encontra-se na Nova Retórica, pois a escolha de determinados elementos em detrimento a outras, e a sua apresentação a um auditório, sugere a relevância dessas escolhas para o debate (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). E mais do que isso, encontramos nesses elementos a estratégia discursiva estabelecida pelo orador para com a construção do ethos.

## **2. A NOVA RETÓRICA**

A proposta de uma Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) resgata a dialética aristotélica cujo objetivo é “encontrar um método a partir do qual possamos raciocinar sobre todo problema que nos seja proposto, a partir de coisas plausíveis.” (ARISTÓTELES, 2000, p. 89, tradução nossa) . Com isso, os autores passam a enxergar a própria argumentação como uma ação dialógica de interação entre orador e auditório que visa conquistar a adesão dos ouvintes ou leitores. Destarte, o esquema argumentativo da Nova Retórica é composto pelos elementos acordo, técnicas e auditório, divisão que tem suas origens na esquematização de Aristóteles, que integrou a retórica numa visão sistemática entre orador – discurso – auditório.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) partem da premissa de que técnicas de argumentação podem ser encontradas em todos os níveis de discussão. A partir daí, analisam exemplos oriundos de discursos religiosos, políticos, jurídicos, publicitários e filosóficos. Se o objeto da retórica clássica era a arte de falar em público, a Nova Retórica não limitou seu tratado à apresentação de uma argumentação oral, mas preocupou-se estritamente com sua estrutura escrita. Relativamente ao nosso objeto de análise, o discurso diplomático de Dilma Rousseff na ONU consiste em um texto planejado e escrito de antemão que passa a ser lido oralmente pela presidenta. Isso responde, portanto, direta e indiretamente ao recorte discursivo em tela.

Ainda, a Nova Retórica ultrapassa a noção aristotélica da retórica como a arte da persuasão, enxergando na possibilidade de argumentar com base no verossímil uma dicotomia entre persuadir e convencer. Há, assim, uma diferença, pois em linhas gerais, persuadir tem como base a paixão, enquanto convencer preocupa-se com a razão, com o caráter racional da adesão (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014).

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014, p. 1) criticam o objetivismo abstrato da demonstração lógica na argumentação formal, pois na visão cartesiana somente as demonstrações resultantes de provas baseadas em raciocínio formal eram consideradas argumentos válidos, fazendo com que a evidência fosse entendida como a marca da razão. O campo da argumentação passa a ser o verossímil, o plausível, o provável. Assim, a argumentação distingue-se da demonstração por cinco características essenciais, a saber, “1) dirige-se a um auditório; 2) expressa-se em língua natural; 3) suas premissas são verossímeis; 4) sua progressão depende do orador; 5) suas conclusões são sempre contestáveis.” (REBOUL, 2004, p. 92).

Entende-se, assim, que qualquer argumentação se desenvolve em função de um auditório; a partir do princípio dialógico de que há ao menos dois interlocutores participando de uma deliberação. Uma vez que as premissas da argumentação são entendidas como o resultado de acordos entre o orador e o seu auditório, o ethos do orador passa a ser construído tomando como referências as crenças e valores que o orador atribui aos seus interlocutores (AMOSSY, 2005). Os auditórios são vistos como conjuntos; o maior e mais amplo é o auditório universal, e suas subdivisões são os auditórios particulares.

A argumentação visando o auditório universal deve convencer do “caráter coercivo das razões fornecidas, de sua evidência, de sua validade intemporal e absoluta, independente das contingências locais ou históricas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 35). Esse é o auditório que envolve a universalidade: sua argumentação estaria relacionada ao convencimento. A Nova Retórica resgata, nesse sentido, o argumento do acidente, porque visa justamente situações particulares da jurisprudência. Isso explica, num certo sentido, o número explosivo de categorias argumentativas dos autores, em detrimento da tendência generalizante de conceber o auditório universal e os lugares-comuns aristotélicos (FIORIN, 2015).

Os auditórios particulares, por sua vez, são grupos distintos e com características em comum; o objetivo do orador ao dirigir-se a cada um deles seria a persuasão. De fato, “há apenas uma regra a esse respeito, que é adaptação do discurso ao auditório, seja ele qual for: o fundo e a forma de certos argumentos, apropriados a certas circunstâncias, podem parecer ridículos noutras” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 28).

Nosso entendimento é, portanto, que por representar um conjunto de países dentro de um fórum global, a Assembleia Geral das Nações Unidas poderia ser entendida como um auditório universal sob a ótica da Nova Retórica. Desse modo, não basta ao orador falar ou escrever para argumentar, é necessário ser ouvido, estimar a adesão do interlocutor, seu convencimento e participação ideológica. A elaboração de argumentos ocorre, portanto, em duas etapas: a produção de acordos prévios, sem os quais é impossível argumentar (REBOUL, 2004), e a utilização de técnicas argumentativas, que servem para convencer e/ou persuadir os auditórios.

A fim de conquistar a adesão dos ouvintes, o orador tomará como pontos de partida e de desenvolvimento da argumentação premissas reconhecidas mutuamente como válidas entre ele e o seu auditório. Essas premissas são chamadas de acordos, os quais são divididos em duas categorias principais: as referentes ao real e as relativas ao preferível por (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014).

Os elementos relativos ao real são aqueles que lidam com fatos, verdades e presunções, e se caracterizam por assumir sua validade em relação a um auditório universal (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). A noção de fato se refere a algo conhecido e comum a diversos indivíduos e que poderia ser generalizado para todos. Como o acordo pode sempre ser questionado, o fato pode perder seu estatuto como tal por meio de dúvidas do auditório ou da ampliação do auditório. Como parte do acordo, afinal, para ser usado como premissa, o fato não pode ser controverso.

Enquanto os fatos se referem a acontecimentos limitados, as verdades são resultado de enunciações, formadas por sistemas complexos que transcendem a experiência e que relacionam fatos entre si. Este é o caso das teorias científicas, verdades religiosas, concepções filosóficas. Finalmente, ainda relacionadas aos fatos, há as presunções. São considerados fatos presumidos aqueles enumerados com verossimilhança e que têm grupos de referência para colocá-los nos enunciados como algo normal. Em outras palavras, presume-se normal aquilo que tem maior probabilidade de acontecer. Um ambiente acadêmico, por exemplo, tem a presunção de questionar dogmas religiosos.

Quanto aos elementos do acordo relativos ao preferível, que visam a adesão de grupos particulares, a Nova Retórica apresenta os valores, as hierarquias e os lugares do preferível. Os valores definem uma atitude perante o real e são utilizados para motivar o interlocutor a fazer determinadas escolhas. Assim, concorda com um valor é aceitar que um objeto, um ser ou um ideal deve exercer determinada influência sobre a ação e as disposições relativas a uma ação (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014). Os autores consideram ainda a possibilidade de que valores sejam aceitos por um auditório universal, mas isso exigiria a necessidade de esvaziamento de suas particularidades. A ciência, para a comunidade científica, é um valor.

O uso de valores tem como consequência a criação de hierarquias, que podem se tornar mais importantes que os próprios valores. O estabelecimento de uma hierarquização resulta em estratégias argumentativas, de modo que “sentir-se obrigado a hierarquizar os valores, seja qual for o resultado desta hierarquização, provém do fato de a busca simultânea desses valores criar incompatibilidades, obrigar a escolhas” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 93). As hierarquias podem ser observadas nos polos antagonistas entre juízos de bem e mal, o produtivo e inócuo etc. Em última instância, as hierarquias mantêm no acordo o pressuposto dialético da retórica aristotélica e da antifonia sofista (FIORIN, 2015). Novamente um exemplo: as teorias sem comprovação estão no lado negativo da hierarquia ‘criada’ pela comunidade científica.

Uma das possibilidades para consolidar valores ou hierarquias está na fundamentação em premissas de ordem geral, as quais são denominadas por lugares, isto é, os próprios argumentos, que “formam um arsenal indispensável, do qual, de um modo ou de outro, quem quer persuadir outrem deverá lançar mão” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 95). Para desenvolver a ideia de lugares, os autores recorrem aos Tópicos de Aristóteles e aos topoi.

Diferentemente de Aristóteles, que avalia toda e qualquer espécie de lugares que sirvam de premissas para silogismos, sejam dialéticos ou retóricos, a Nova Retórica só chama de lugares aquelas estudadas por Aristóteles entre os lugares de acidente. Isto é são premissas de ordem geral que admitem a fundamentação de valores e hierarquias (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014).

É com base nos acordos que o orador utilizará recursos argumentativos para construir seu discurso. A proposta trazida por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) é uma classificação de técnicas argumentativas em duas macro-categorias; argumentos por dissociação e argumentos por ligação, conforme resumidas e exemplificadas no Quadro 1.

**Quadro 1 – Tipologia Argumentativa na Nova Retórica**

Macro-categoria	Técnicas argumentativas	Tipos argumentativos	Exemplo
Argumentos por ligação	Argumentos quase-lógicos	Tautologia	Mãe é mãe
		Definição	Verbetes
		Comparação	Coração de mulher é como o abismo
		Reciprocidade	Não faça para os outros o que você não quer para você
		Transitividade	O inimigo do meu inimigo é meu amigo
		Inclusão e divisão	Quando uma mulher é violentada, a sociedade inteira também é
		<i>A pari</i>	Tratamento semelhantes para casos semelhantes
		Regra do precedente	Já houve aquecimento global, sempre foi assim
		A contrário	Se o carrasco é de esquerda, tudo bem
		Dos inseparáveis	Não se faz uma omelete sem quebrar os ovos
		Autofagia e retorsão (absurdo fraco)	Não acredito em bruxas, mas que elas existem, existem

		<i>Reductio ad absurdum</i>	Fumar não pode fazer mal, Hitler não fumava
		Probabilístico (atributo da maioria)	90% dos brasileiros são a favor da redução da maioria penal, então todos somos
		Terceiro excluído	Quem não está conosco está contra nós
		Dilema (não é um raciocínio disjuntivo; prende o ouvinte num círculo vicioso)	Das duas uma... seja qual for o caso...
Argumentos que fundamental a estrutura do real		Implicação e concessão	O Estado é laico, mas o Brasil é católico
		Causalidade (encadeamento de eventos)	Darwinismo
		Causas necessárias e suficientes	Rosa e espinho
		Sucessão	Inundações em São Paulo e lixo, impermeabilizações
		Os fatos	Nós, estatísticos: objetividade que ajuda a argumentação
		Do sacrifício	Jesus Cristo morreu por nós
		<i>Ad consequentiam</i> (pragmáticos)	Redações escolares e o que está por vir, para o bem ou para o mal
		Desperdício	Paraná clube: sempre foi assim
		Direção	Não se pode dar a mão que eles tomam o braço
		Ultrapassagem (trampolim)	Campeonato brasileiro não é nada frente à libertadores
		<i>Ad hominem</i>	Vetou pesquisa genética porque é judeu!
		<i>Tu quoque</i>	Olhe para você!
		De autoridade	Está para nascer que me dê lição de moral
		<i>Ad ignorantiam</i>	Já está feito, não tem o que se discutir
		A fortiori (razão, mais forte ou fraca)	"Não é a vida mais do que alimento?"
		Indutivo: exemplo	Entrevistas em matérias de jornal
		Indutivo: ilustração	Fábulas
		Indutivo: modelo e antimodelo	O que ou quem mercê ser imitado
		<i>A simili</i>	Comparação entre pares: A está para B, assim como C está para D
		Argumentos por dissociação	Essência e aparência
Outros pares	Idealismo e pragmatismo: vamos à pragmática		
Distinção	Publicidade que explora os defeitos dos concorrentes		

Fonte: Adaptado de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014).

Argumentos por dissociação são "técnicas de ruptura com o objetivo de dissociar, de separar, de desunir elementos considerados um todo (...) de modificar tal sistema ao modificar algumas das noções que constituem suas peças mestras." (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 215). Já os argumentos por ligação são divididos em três subcategorias de técnicas argumentativas; argumentos quase-lógicos, argumentos fundamentados na estrutura do real e argumentos que fundamentam a estrutura do real.

A argumentação quase-lógica ocorre partir de esquemas formais e de dados concretos os quais estão sempre referenciados à realidade. Este tipo de argumentos possui força de convencimento, pois são comparáveis a raciocínios aparentemente incontestáveis. Entretanto, "apenas um esforço de redução ou de precisão, de natureza não-formal, permite dar a tais argumentos uma aparência demonstrativa" (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 219).

A diferença entre argumentos fundamentados na estrutura do real e os que fundamental o real não é trivial. Há a necessidade premente de aporte histórico-filosófico. Os primeiros, fundamentados no real, pressupõem a existência de relações já existentes no mundo, como causa e hierarquia; nesse sentido, são apriorísticos e racionalistas: "são aqueles baseados em relações que nosso sistema de significação considera existentes no mundo objetivo" (FIORIN, 2015, p. 149).

Já os argumentos que fundamentam a estrutura do real são os que constroem as realidades, como analogias e exemplos; são resultado de nossas experiências e elaborações e, portanto, empiricistas: "são aqueles argumentos que não são vistos como conformes à maneira como se estrutura a realidade, mas que são considerados modos de organização da realidade" (FIORIN, 2015, p. 185).

Já que caímos na cilada da discussão mais aprofundada, podemos tentar concluir que os fundamentados, racionalistas, são dedutivos. Neles, cabe o resgate das relações de causa, da ordem e das previsões quantitativas, o que nos agrupa os lugares comuns da quantidade, da ordem e da coexistência. Por outro lado, os que fundamentam, empiricistas, são indutivos, pois constroem realidades a partir das analogias. Os lugares-comuns da qualidade, essência e pessoa agrupam-se nessa direção inversa.

Ao sugerir o vetor conservador dos argumentos quantitativos, típicos do período estruturalista, e o vetor subversivo dos argumentos qualitativos, típicos do período romântico, Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) chegam mesmo a levantar a hipótese da prevalência dos dois argumentos centrais – quantidade e qualidade. No entanto, há que se observar aqui que essa tipologia argumentativa detalhada e 'esquematizada' está indexada na filosofia do Direito e tende crucialmente a tratar de auditórios tanto universais quanto particulares, pois prevê textos jurídicos das causas pragmaticamente localizadas. Daí o número exorbitante de categorias argumentativas. Por outro lado,

há tentativas de simplificação. Fiorin (2015), por exemplo, em manual de introdução à argumentação, sistematiza os topoi aristotélicos em seis: *quantidade*, *qualidade*, *ordem*, *existência*, *essência* e *pessoa* esquematizados no quadro 2.

**Quadro 2 – Topoi aristotélicos**

<b>Topoi</b>	<b>Explicação</b>	<b>Exemplo</b>
<i>Quantidade</i>	Generaliza dados para dar validade a grandes somas	João merece uma chance de se defender, pois <i>todos os políticos</i> cometem equívocos em processos deliberativos
<i>Qualidade</i>	Valoriza a apresentação de um dado particular	João merece uma chance de se defender, pois foi <i>a única vez em que</i> cometeu um equívoco em seus processos deliberativos
<i>Ordem</i>	Apoia-se no raciocínio da sucessão de fatos, normalmente traduzidos pela relação de causa	João merece uma chance de se defender, pois <i>esqueceu de</i> acrescentar os dados dos principais envolvidos no processo deliberativo
<i>Existência</i>	O argumento traz condições paralelas de dois indivíduos, simplesmente por existirem	João merece uma chance de se defender, pois <i>o mesmo aconteceu com Pedro</i> , o último parlamentar que cometeu um equívoco parecido
<i>Essência</i>	Concentra a força argumentativa num traço básico de algum objeto ou indivíduo	João merece uma chance de se defender, pois <i>a lei da réplica em ambiente legislativo é</i> condição dos trabalhos deliberativos
<i>Pessoa</i>	Constrói relevância nas propriedades do indivíduo	João merece uma chance de se defender, pois <i>tem como característica central</i> a honestidade nas suas decisões políticas

No caso dos discursos diplomáticos proferidos na Assembleia Geral das Nações Unidas, lembramos que são discursos voltados ao auditório universal e por isso podem receber tratamento tipológico mais generalizante. Nosso critério de análise dos argumentos desses discursos, portanto, partirá – inversamente - das seis categorias básicas de *quantidade*, *qualidade*, *ordem*, *existência*, *essência* e *pessoa*, convergindo na análise aos dois vetores da quantidade e da qualidade.

Partindo da hipótese de que o orador manteve um ethos contextual constante ao longo dos cinco discursos, mas um ethos discursivamente variável, passamos a analisar o léxico – a saber, uso dos pronomes pessoais *eu* e *nós* –, e os tipos argumentativos empregados por Dilma Rousseff. Assim,

apresentamos na seção seguinte o método de análise dos discursos brasileiros no Debate Geral da Assembleia Geral da ONU.

### 3. MÉTODO DE ANÁLISE

A análise do ethos presente nos cinco discursos proferidos por Dilma Rousseff nos Debates Gerais da Assembleia Geral da ONU entre os anos de 2011 e 2015 foi realizada em duas etapas distintas. A primeira teve como objetivo elencar qual o papel ocupado pelo falante do discurso a partir das pessoas gramaticais. Começamos, assim, pela identificação lexical dos pronomes empregados por Dilma Rousseff nos seus discursos, se em primeira pessoa do singular (eu) ou plural (nós), dada a importância da seleção lexical (IACOMINI JR.; PRADO JR.; CARDOSO, 2018). Quando da ocorrência de sujeito elíptico, o sujeito foi determinado a partir da desinência verbal. Essa escolha justifica-se pelo seguinte motivo:

É pensando nas variações de forma, nas diferentes apresentações de certo conteúdo, que aliás não é completamente igual quando apresentado de forma diferente, que será possível descobrir a escolha de uma determinada forma. Assim como a existência de mais de uma interpretação possível nos permite não confundir o texto com os sentidos que se lhe atribuem, assim também é pensado nos diversos meios que o orador poderia ter utilizado para dar a conhecer ao auditório a matéria de seu discurso que conseguiremos, para as necessidades da exposição, distinguir entre os problemas levantados pela apresentação dos dados e os relativos à escolha deles (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 162).

Em seguida, de forma indutiva, avaliamos e delimitamos cada um dos *ethé* a quem esses pronomes se referiram a partir de expressões lexicais, como “mulher” e “Brasil”. Quando Rousseff fez a escolha por falar na primeira pessoa do singular, foram identificados os seguintes *ethé*: Mulher; Governante; e Latino-Americana. Quando o sujeito do discurso é definido na primeira pessoa do plural, este *nós* se concretiza como Estados-Membros; Brasil; BRICS; Emergentes; Latino-Americanos; e Mulheres.

A segunda etapa foi realizada a partir da Nova Retórica e teve como objetivo analisar o esquema argumentativo sobre o qual cada *ethos* foi construído. Avaliamos, assim, as categorias mais significativas ao longo dos discursos a partir dos tipos argumentativos utilizados por Dilma: os seis lugares de quantidade, qualidade, ordem, existência, essência e pessoa (Quadro 2). Relativamente à tipologia argumentativa, optamos por reconstruir inversamente os critérios de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), no sentido de retomar os argumentos agrupados por quantidade e qualidade aristotélicos, a partir da classificação de argumentos fundamentados na estrutura do real e os que fundamentam a estrutura do real, respectivamente (Quadro 1). A opção se justifica pelo fato de o

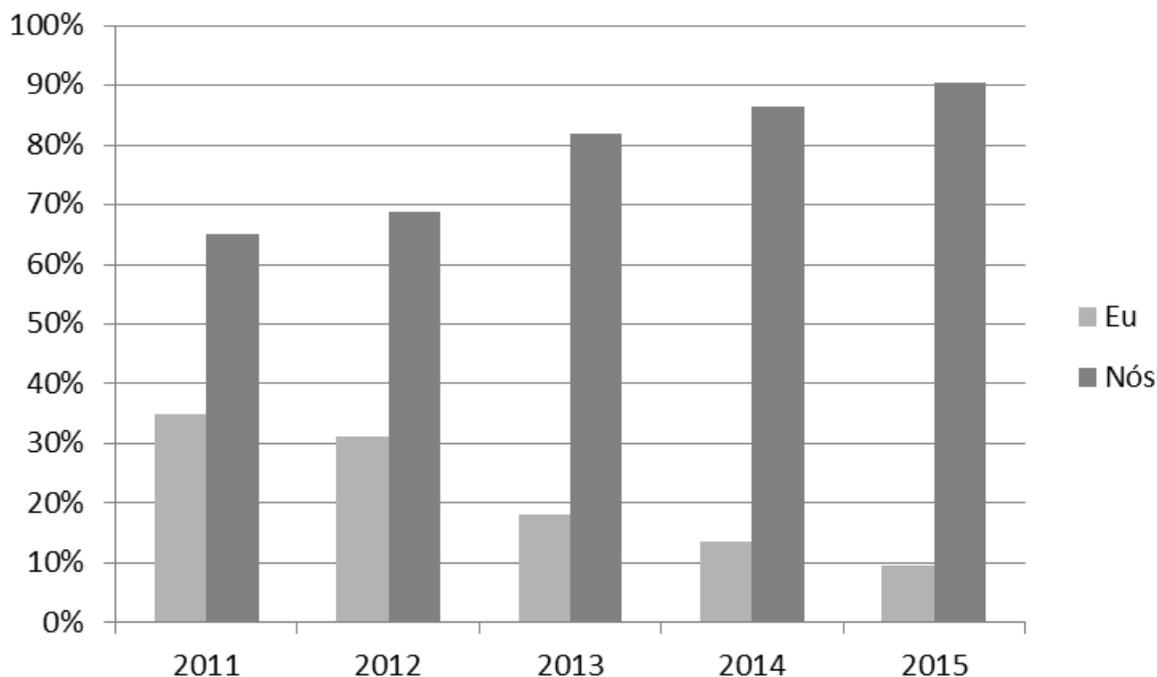
nosso dado – o discurso diplomático de Dilma na ONU – estar voltado ao auditório universal, em detrimento dos auditórios de valores particularizados.

#### **4. A CONSTRUÇÃO DO ETHOS DISCURSIVO NOS DISCURSOS**

A análise da construção do ethos nos discursos diplomáticos brasileiros no Debate Geral durante o período em que Dilma Rousseff esteve na presidência do Brasil foi instrumentalizada através da identificação dos pronomes *eu* e *nós*. No conjunto de cinco discursos proferidos entre 2011 e 2015, verificamos a existência de 222 frases nas quais 47 (21%) continham o uso ou a referência ao pronome pessoal *eu* e 175 (79%) ao pronome *nós*.

A ênfase ao pronome pessoal em primeira pessoa do plural por Dilma Rousseff apresenta uma peculiaridade ao longo dos cinco anos, conforme demonstrado na figura 1. Houve ênfase crescente à opção de Dilma pelo uso do pronome *nós* no recorte temporal de 2011 a 2015. Também é possível verificar uma tendência decrescente ao personalismo, no uso do pronome *eu*, a primeira pessoa do singular. Dito isso, indutivamente identificamos que o uso dos pronomes na primeira pessoa do singular e do plural apresentou *ethé* distintos. Rousseff se apresenta na primeira pessoa do singular nas categorias que denominamos por: Mulher (3,7%); Governante (17,1%); e Latino-Americana (0,6%). Quando o sujeito do discurso é definido na primeira pessoa do plural, este *nós* se concretiza como Estados-Membros (15,5%); Brasil (58,6%); BRICS (0,8%); Emergentes (2,3%); Latino-Americanos (0,4%); e Mulheres (0,9%).

**Figura 1 - Presença dos pronomes *eu* e *nós* nos discursos de Dilma Rousseff no Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas entre 2011 e 2015**



Fonte: Os autores (2020).

Uma possível explicação para a tendência decrescente pelo uso do pronome *eu* é o contexto no qual Dilma Rousseff se apresentou em 2011; Rousseff foi a primeira mulher a inaugurar o Debate Geral e, simultaneamente, a presidir o Brasil. Naquele ano, a presidenta iniciou e fechou seu discurso dando ênfase ao fato de uma mulher inaugurar o Debate Geral pela primeira vez na história. Para isso ela parte do ethos de essência feminina. Em ambos os momentos do discurso – abertura e conclusão –, o uso de argumentos para esse ethos (Mulher) está, basicamente, pautado nos quase-lógicos fundados na inclusão da parte no todo. Este é o caso dos trechos a seguir, onde elementos como “pessoa”, “coragem e sinceridade”, e “minha voz” incluem-se, respectivamente, nos conjuntos genéricos referidos por “mulher”, “gênero feminino”, e “vozes das mulheres”.

É com humildade pessoal, mas com justificado orgulho de mulher, que vivo este momento histórico. (ROUSSEFF, 2011, p.1)

Na língua portuguesa, palavras como vida, alma e esperança pertencem ao gênero feminino, e são também femininas duas outras palavras muito especiais para mim: coragem e sinceridade. Pois é com coragem e sinceridade que quero lhes falar no dia de hoje (ROUSSEFF, 2011, p.1)

Junto minha voz às vozes das mulheres que ousaram lutar, que ousaram participar da vida política e da vida profissional, e conquistaram o espaço de poder que me permite estar aqui hoje. (ROUSSEFF, 2011, p. 7).

O ethos Brasil é o que mais se destaca, ao longo dos discursos de Rousseff. Uma possível explicação para este fato se pauta na ideia de o locutor de discursos diplomáticos se apresentar como se fosse a materialização da voz da própria instituição a qual ele representa (PANKE, 2010). Ao longo dos discursos, a ideia central do ethos Brasil é trazer à luz os feitos brasileiros e apresentar um país que pauta suas ações em valores humanos, responsável e capaz de assimilar maiores responsabilidades no plano internacional. Assim, a ideia central dos discursos estaria fundada na ideia de que as atitudes brasileiras são boas e dignas de atenção, ou seja, nos lugares de essência.

Ao que tange a construção argumentativa, verificamos que os argumentos que fundamentam a estrutura do real pelo recurso ao caso particular perpassam todos os discursos de Dilma Rousseff. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) explicam que este tipo de argumentação pode ser construído de várias formas: 1) pelo exemplo, que permite generalizações a partir de casos concretos; 2) pela ilustração, que apresenta uma regularidade já estabelecida; e 3) pelo modelo, que incentiva a imitação.

No caso da argumentação pelo exemplo, em 2011, o discurso menciona a participação do Brasil na Guiné-Bissau e na liderança da Minustah (Haiti) como fatos de que se trabalhou nestas situações integrando segurança e desenvolvimento. O exemplo brasileiro prevê os valores que o Brasil defende e que servem como fundamentos e princípio do Estado Democrático de Direito e das relações internacionais brasileiras, como é o caso da soberania, da defesa da paz, a independência nacional e a cooperação entre povos para o progresso da humanidade (BRASIL, 1988). Assim, no que diz respeito à tipologia resgatada dos lugares comuns clássicos, vislumbramos os argumentos da qualidade e (co)existência no fragmento a seguir:

É assim que agimos em nosso compromisso com o Haiti e com a Guiné-Bissau. Na liderança da Minustah temos promovido, desde 2004, no Haiti, projetos humanitários, que integram segurança e desenvolvimento. Com profundo respeito à soberania haitiana, o Brasil tem o orgulho de cooperar para a consolidação da democracia naquele país. (ROUSSEFF, 2011, p. 4)

Nos anos de 2012 e 2013, houve o uso de ilustrações que, para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014), são distintas dos exemplos. Enquanto o exemplo fundamenta a regra, a ilustração reforça a adesão a uma regra conhecida e aceita utilizando casos particulares para esclarecer o enunciado geral. Ao chamar argumentos pela ilustração, Dilma Rousseff busca apresentar resultados positivos das políticas de seu país em meio a uma conjuntura complicada ou frente a questões controversas, o que configura centralmente argumento de essência. Os trechos que seguem exemplificam alguns desses casos, como a crise econômica mundial, o combate à pobreza e mortalidade infantil, e a crise dos refugiados.

Ao mesmo tempo em que controlamos a inflação, atuamos vigorosamente nas políticas de inclusão social e combate à pobreza. E, ao mesmo tempo em que fazemos reformas estruturais na área financeira e previdenciária, reduzimos a carga tributária, o custo da energia e investimos em infraestrutura, em conhecimento para produzir ciência, tecnologia e inovação. (ROUSSEFF, 2012, p.3)

Reduzimos de forma drástica a mortalidade infantil. Relatório recente do UNICEF aponta o Brasil como país que promoveu uma das maiores quedas deste indicador em todo o mundo. (ROUSSEFF, 2013, p. 4)

Em 2014 e 2015, é possível verificar que Dilma recorre ao uso do modelo, um argumento que fundamenta a estrutura do real. Na escolha destes argumentos, o Brasil é colocado como um modelo de conduta e comportamento. As atitudes do governo fazem o país lograr seus objetivos. Os fragmentos abaixo demonstram que o Brasil conquistou a democracia há décadas e, com isso, conseguiu avançar em outros aspectos. O acordo de paz que o Brasil alcançou celebrar com o Irã poderá gerar resultados para outros países da região. Reconhecemos aqui os argumentos da ordem e da (co)existência.

Essas eleições são a celebração de uma democracia que conquistamos há quase trinta anos, depois de duas décadas de governos ditatoriais. Com ela, muito avançamos também na estabilização econômica do país. (ROUSSEFF, 2014, p. 1)

Celebramos, igualmente, o recente acordo logrado com o Irã, que permitirá a esse país desenvolver a energia nuclear para fins pacíficos e devolver a esperança de paz para toda uma região. (ROUSSEFF, 2015, p. 3)

A ideia de que o Brasil vive em paz com seus vizinhos, tendo promovido processos de integração bem-sucedidos e tendo abdicado do uso da energia nuclear para fins não-pacíficos, o legitimaria como membro permanente do Conselho de Segurança (CS) da ONU. O legado de protagonismo brasileiro nas Nações Unidas remonta à atuação do diplomata Oswaldo Aranha ainda nos primeiros anos da organização, quando ocupou o posto destinado ao Brasil no CS e presidiu a sessão da ONU que criaria o Estado de Israel (CORREIA, 2014), em 1948.

O Brasil está pronto a assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho. Vivemos em paz com nossos vizinhos há mais de 140 anos. Temos promovido com eles bem-sucedidos processos de integração e de cooperação. Abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. (ROUSSEFF, 2011, p.5)

O mesmo ocorre quando Dilma menciona que “No Conselho de Direitos Humanos, atuamos inspirados por nossa própria história de superação. Queremos para os outros países o que queremos para nós mesmos.” (ROUSSEFF, 2011, p.5). Há novamente a construção de um lugar de

(co)existência. Ou seja, independente das diferenças existentes entre as situações, é possível verificar a ideia de um mesmo tratamento.

Em 2013, Rousseff utiliza de ligações de coexistência com argumentos baseados na estrutura do real. Este é o caso do grupo e seus membros, cujo caráter de união no conjunto de indivíduos deste grupo é um recurso eficaz para introduzir conceitos e valores. Assim, “o orador insiste na valorização implícita, pelos ouvintes, de todos os que pertencem ao grupo em questão” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2014, p. 368). Esse é o caso quando Rousseff (2013, p.2) afirma que “Somos um país democrático, cercado de países democráticos, pacíficos e respeitosos do Direito Internacional. Vivemos em paz com os nossos vizinhos há mais de 140 anos.”, valorizando não só a si mesmo, mas toda a região da qual faz parte.

Em 2015, Dilma Rousseff recorre aos argumentos da categoria dos baseados na estrutura do real. No caso, o argumento de pessoas e seus atos, “reforça a ligação de coexistência, com o auxílio dos valores, atitudes, realizações e conceitos de determinado auditório, ao afirmar que a imagem do orador está de acordo com o que é importante para o público” (PANKE, 2010, p. 53).

Assim, além de ressaltar a identificação com o interlocutor, nesse caso um auditório universal formado por diversos auditórios particulares – sírios, haitianos, homens, mulheres, europeus, árabes e asiáticos –, o trecho abaixo demonstra as ações do orador para qualificá-lo e relacionar esses feitos com as teses por ele defendidas. Verificamos aqui essência e (co)existência.

Recebemos sírios, haitianos, homens e mulheres de todo o mundo, assim como abrigamos, há mais de um século, milhões de europeus, árabes e asiáticos. Estamos abertos, de braços abertos para receber refugiados. Somos um país multiétnico, que convive com as diferenças e sabe a importância delas para nos tornar mais fortes, mais ricos, mais diversos, tanto cultural, quanto social e economicamente. (ROUSSEFF, 2015, p. 2)

Ao conjugar diversos auditórios particulares, Dilma consolida a ideia de que o Brasil é um país integrador e multiétnico, trazendo à tona os atos por si realizados. Percebe-se que o uso de distintas técnicas argumentativas concernentes ao ethos Brasil foi realizado visando apresentar, com maior ênfase, fatos relativos ao país. O uso de valores também é constante. Entretanto, percebe-se que estes servem apenas para consolidar a imagem projetada pelo Brasil e convencer o interlocutor do caráter moral do orador.

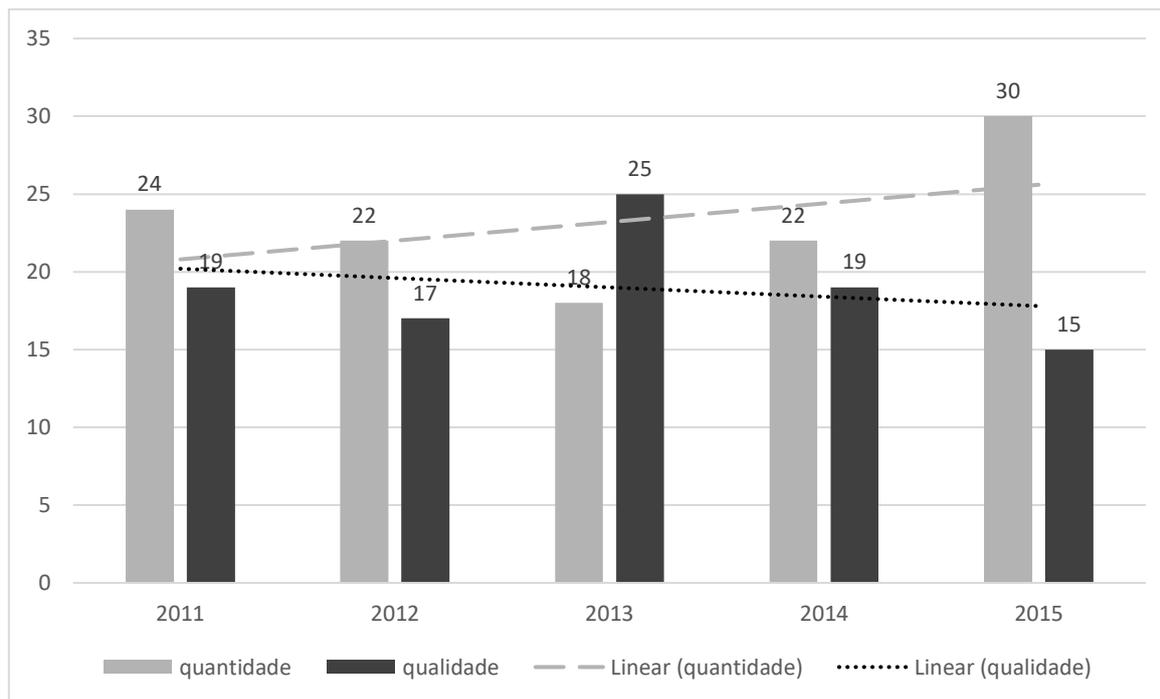
Ainda em 2015, percebe-se uma particularidade: o discurso projeta mais insistentemente o argumento fundamentado na estrutura do real, da natureza da sucessão de fatos, quantificando os feitos positivos do Brasil nos quatro anos do primeiro mandato de Dilma. Isso se justifica pela iminente situação de impeachment, em que os argumentos de qualidade e (co)existência ficam enfraquecidos:

A ambição continuará a pautar nossas ações. Por isso, anunciei ontem, aqui na ONU, nossa INDC [Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada, na sigla em inglês]. Será de 43% a contribuição do Brasil para a redução das emissões de gases de efeito estufa até 2030, com base em 2005. Neste período, o Brasil pretende o fim do desmatamento ilegal; o reflorestamento de 12 milhões de hectares; a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas; a integração de 5 milhões de hectares de lavoura, pecuária e florestas. Em um mundo em que a participação das fontes renováveis de energia é de apenas 13%, em média, da matriz energética, pretendemos garantir o percentual de 45% de fontes renováveis na nossa matriz energética. Vamos buscar a participação de 66% da fonte hídrica na geração de eletricidade; a participação de 23% das fontes renováveis – eólica, solar e biomassa – na geração de energia elétrica; o aumento de cerca de 10% na eficiência energética; e a participação de 16% de etanol carburante e das demais biomassas derivadas da cana-de-açúcar no total da matriz energética. O Brasil contribui, assim, para que o mundo possa atender às recomendações do Painel de Mudança do Clima, que estabelece o limite de dois graus Celsius de aumento de temperatura neste século. (ROUSSEFF, 2015, p. 3-4)

Destacamos que o único argumento centrado na pessoa aparece isolado em 2015, quando a presidenta menciona leis e direitos que foram “vilipendiados” durante a ditadura (ROUSSEFF, 2016, p. 5).

Com o objetivo de sistematizar uma análise de prova quantitativa, e levando em conta a discussão anterior entre a tipologia de argumentos de Perelman e Obrechts-Tyteca (2014) e a possibilidade de reverter os esquemas classificatórios aos lugares da quantidade e qualidade, ordem, essência, pessoa e existência, em razão de o auditório dos discursos estar para o universal e não tanto para o particular, levantamos os dados abaixo. Consideramos como unidades argumentativas os blocos de texto, às vezes mesmo parágrafos, que evidenciassem um ou mais dos seis lugares. Em gráfico, agrupando quantidade, ordem e coexistência, de um lado, e qualidade, pessoa e essência, de outro (figura 2).

**Figura 2 – Argumentos agrupados por quantidade e qualidade nos discursos de Dilma Rousseff.**



Fonte: Os autores (2020).

Visualizamos assim a relação assimétrica, que converge às mesmas inferências postas quando da análise dos usos pronominais *eu* e *nós* da seção 3.1. Ou seja, na análise de escolhas pronominais, o *nós* cresce inversamente ao *eu*. Nas escolhas argumentativas, a quantidade cresce em detrimento da qualidade, especialmente entre 2013 e 2015. Ainda que o contexto tenha permanecido o mesmo, o discurso deflagra uma assimetria própria da constituição ideológica historicamente pontuada nos episódios do entorno dos discursos na ONU.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos avaliar a construção do ethos discursivo por meio dos discursos proferidos pela presidenta Dilma Rousseff entre os anos de 2011 e 2015 no Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas, fórum considerado um espaço plural para o desenvolvimento da argumentação.

A análise de conteúdo da escolha lexical realizada pela presidenta brasileira, se pelo pronome *eu* ou *nós*, possibilitou a identificação de duas tendências. Houve um crescimento na ênfase ao ethos tangente à primeira pessoa do plural (*nós*) e, simultaneamente, a presença decrescente da primeira pessoa do singular (*eu*). A explicação trazida por nós para justificar essas tendências se pauta na ideia de o locutor de discursos diplomáticos se apresentar como se fosse a materialização da voz da instituição a qual ele representa (PANKE, 2010).

A partir daí categorizamos os *ethé* relativos a cada uma das escolhas lexicais feitas pela presidenta brasileira. Identificamos que esses pronomes eu e nós se referiam a nove categorias, ou *ethé* distintos. Quando eu, Dilma se apresentou como Mulher; Governante; e Latino-americana. Quando nós, se apresentou como Estados-Membros; Brasil; BRICS; Emergentes; Latino-Americanos; e Mulheres.

Passamos então à análise quantitativa por meio da Nova Retórica de Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014) no que se refere aos esquemas argumentativos. Percebemos, assim, que o *ethos* Mulher esteve presente no discurso brasileiro apenas em 2011 e que Dilma Rousseff partiu do *ethos* na essência feminina para abrir e concluir seu discurso naquele ano utilizando argumentos pautados nos quase-lógicos fundados na inclusão da parte no todo. Essa forte presença pode ser decorrente da ideia de que “o discurso apresenta-se como um recurso social para a manifestação de ideias e para exercer o poder” (PANKE, 2010, p. 36). Ou seja, a presidenta pretendeu com seu primeiro discurso não apenas colocar-se como uma representante brasileira, mas uma representante mulher.

Ao todo, o *ethos* Brasil é aquele que mais teve uso ao longo dos cinco discursos, representando uma média de 51% das escolhas entre 2011 e 2015. Do ponto de vista das escolhas argumentativas, grosso modo, a qualidade deu lugar à quantidade. É possível verificar que a ideia central tangente a este *ethos* é trazer à luz alguns feitos brasileiros (fatos), apresentando um país responsável e capaz de assimilar maiores responsabilidades no plano internacional. Isto ocorre pelo uso de estratégias argumentativas e da conjugação de diversos auditórios particulares, que acabam por formar um auditório universal.

Entre 2011 e 2015, com um aumento dos argumentos quantitativos, há um apelo às generalidades, e uma diminuição assimétrica dos argumentos qualitativos, que se concentram nas particularidades. De certa forma, o caminho dos tipos argumentativos revelou assimetria semelhante às opções pronominais, especialmente entre 2013 e 2015, o que evidencia a desconstrução do *ethos* particularizado (Dilma, presidenta) em direção ao *ethos* quantitativo (Brasil, em estatística). Em termos discursivos, apesar de o *ethos* de contexto de produção permanecer constante, dado que a situação diplomática é a mesma, o *ethos* das formas discursivas revela-se assimétrico.

Finalmente, o uso de valores, embora constante, serve apenas para consolidar a imagem projetada do Brasil e convencer o interlocutor do caráter moral do orador.

## REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, 2011. p. 129-144.
- AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu e Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.
- ARISTÓTELES. **Tratados de lógica I (Órganon)**: Categorías; Tópicos; Sobre las Refutaciones Sofísticas. Introducción, traducción y notas de Miguel Candel Sanmartín. Madrid: Editorial Gredos, 2000.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral 1**. Tradução de Maria da Gloria Novak e Maria Luiz Neri; revisão de Isaac Nicolau Salum. 2. ed. Campinas: Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.
- BRANDÃO, H.H. N. **Introdução à Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- CORRÊA, L. F. de S. **O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- CORREIA, S. S. Oswaldo Aranha: um político que não foi sombra de Getúlio Vargas. **Jornal Opção**, 9-15 fev, 2014. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/opcao-cultural/oswaldo-aranha-um-politico-que-nao-foi-sombra-de-getulio-vargas>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- FIORIN, J. L. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.
- HUNT, A. **Public Diplomacy** – What it is and how to do it. Geneva: United Nations Institute for Training and Research (UNITAR), 2015.
- MAINGUENEAU, D. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2008a.
- MAINGUENEAU, D. A propósito do Ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (org.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008b.
- PANKE, L. **Lula, do sindicalismo à reeleição**: um caso de comunicação, política e discurso. Guarapuava: Unicentro; São Paulo: Horizonte, 2010.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica [1958]. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão; revisão da tradução Eduardo Brandão. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- REBOUL, O. **Introdução à retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROUSSEFF, D. **Discurso da presidenta da República**, Dilma Rousseff, durante Abertura da 70ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA, 2015. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da->

[presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-abertura-da-70a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas](#). Acesso em: 31 jan. 2017.

ROUSSEFF, D. **Discurso da Presidenta da República**, Dilma Rousseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), 2014. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-de-alto-nivel-da-69a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-onu>. Acesso em: 31 jan. 2017.

ROUSSEFF, D. **Discurso da Presidenta da República**, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas - Nova Iorque/EUA, 2013. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>. Acesso em: 31 jan. 2017.

ROUSSEFF, D. **Discurso da Presidenta da República**, Dilma Rousseff, na abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas, 2012. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-da-67a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>. Acesso em: 31 jan. 2017.

ROUSSEFF, D. **Discurso da Presidenta da República**, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, 2011. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>. Acesso em: 31 jan. 2017.

SEITENFUS, R. A. S. **Manual das Organizações Internacionais**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

TUPYNAMBÁ, G. C. A Construção das Imagens de si e do País em Discursos Internacionais do Presidente Lula em 2003. 172 f. **Dissertação** (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

UNITED NATIONS. **Charter of the United Nations and Statute of The International Court of Justice**. São Francisco, 1945. Disponível em: <https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2016.